

# O Lugar do Conceito de Sublimação na Psicodinâmica do Trabalho

Siting the Concept of Sublimation within the Psychodynamics of Work

El lugar del concepto de sublimación en la Psicodinámica del Trabajo

**Graziele Alves Amaral**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

**Ana Magnólia Bezerra Mendes**

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

**Daniela Scheinkman Chatelard**

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

**Isalena Santos Carvalho**

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil.

---

**Resumo:** Esse artigo, de natureza teórica, constitui-se em um ensaio que objetiva investigar de que maneira o desenvolvimento do conceito dejouriano de mobilização subjetiva no trabalho pode estar atrelado ao conceito freudiano de sublimação. A leitura de Dejours sobre o processo de sublimação concebido por Freud e sua utilização na compreensão da relação do sujeito com o trabalho, permite ampliar a conceituação original e lançar luzes sobre a forma como o sujeito mobiliza-se subjetivamente no trabalho. Este itinerário reflexivo pode contribuir para fundamentar as intervenções propostas pela Clínica Psicodinâmica do Trabalho e instrumentalizar os clínicos do trabalho a atuarem numa perspectiva de emancipação e engrandecimento subjetivo por meio do trabalho. Concebe-se a potência da clínica do trabalho como um dos meios para possibilitar abrir alguns canais na organização do trabalho de modo a favorecer a satisfação sublimatória.

**Palavras-chave:** Sublimação; Mobilização Subjetiva; Psicodinâmica do Trabalho; Clínica do Trabalho.

**Abstract:** This theoretical article investigates how the development of Christophe Dejours's concept of subjective mobilisation at work can be related to the Freudian concept of sublimation. Dejours's reading of the sublimation process as conceived by Freud and its application towards understanding a subject's relationship with work allows the widening of the original concept and sheds light on how a subject is mobilised subjectively at work. Our reflective elaboration can contribute to support the interventions proposed by the

psychodynamic clinic of the psychopathology of work and instrumentalize its clinicians to act within an emancipatory perspective and instil subjective growth through work. The power of the clinic of the psychopathology of work is conceived as a means to enable channels within the work organization to favour sublimatory satisfaction.

**Keywords:** Sublimation; Subjective Mobilization; Psychodynamics of Work; Psychopathology of Work Clinic.

**Resumen:** Este artículo, de naturaleza teórica, se constituye en un ensayo que tiene como objetivo investigar de qué manera el desarrollo del concepto dejouriano de movilización subjetiva en el trabajo puede estar vinculado al concepto freudiano de sublimación. La lectura de Dejours del proceso de sublimación concebido por Freud y su utilización en la comprensión de la relación del sujeto con el trabajo, permite ampliar la conceptualización original y lanzar luces sobre la forma como el sujeto se moviliza subjetivamente en el trabajo. Este itinerario reflexivo puede contribuir a fundamentar las intervenciones propuestas por la Clínica Psicodinámica del Trabajo e instrumentalizar a los clínicos del trabajo a que actúen en una perspectiva de emancipación y engrandecimiento subjetivo por medio del trabajo. Se concibe la potencia de la clínica del trabajo como uno de los medios para posibilitar abrir algunos canales en la organización del trabajo a modo de favorecer la satisfacción sublimatoria.

**Palabras clave:** Sublimación; Movilización Subjetiva; Psicodinámica del Trabajo; Clínica del Trabajo.

---

## Introdução

A relação do sujeito com o trabalho implica uma complexidade de fenômenos envolvidos na dimensão subjetiva do trabalhador. O trabalho, ao mesmo tempo em que traz em si a possibilidade de sofrimento, pode ser considerado elemento importante na constituição da identidade do trabalhador. Portanto, considera-se que a busca pelo prazer e a fuga do desprazer, preconizados pela teoria psicanalítica,

também acontecem na relação do sujeito com o trabalho, em que, por meio do mecanismo da sublimação, o trabalhador pode obter satisfação. A Psicodinâmica do Trabalho, uma disciplina clínica desenvolvida nos anos 1990 na França por Christophe Dejours, tem como objeto de estudo a problemática da mobilização e do engajamento que a organização do trabalho exige do trabalhador. Procura compreender os processos subjetivos mobilizados no sujeito por seu encontro com o trabalho,

como: prazer, sofrimento, saúde-adoecimento e mecanismos de mediação do sofrimento. (Bendassoli & Soboll, 2011).

Para essa abordagem, o trabalho implica sempre em um confronto com o real. Define-se real como aquilo que resiste, que se dá a conhecer sob a forma de uma resistência aos conhecimentos científicos e ao domínio técnico. Está ligado ao fracasso pois ele aparece no momento em que a técnica e os recursos tecnológicos foram mobilizados e se mostraram limitados (Dejours, 2005). Refere-se à realidade concreta da situação de trabalho, indo muito além do que está prescrito (normas, regras, controle, instruções e procedimentos descritos) (Dejours, 2004). Em função de sua contínua transformação temporal e material, o real seria a parte da realidade que demanda reconfigurações subjetivas constantes dos trabalhadores, dos coletivos de trabalho e da organização e amplifica os desafios ao fazer e a sua compreensão (Ferreira, Macêdo & Martins, 2015).

Esse encontro com o real do trabalho poderá gerar um sofrimento patológico quando esse confronto se torna intransponível, sem possibilidades de negociações ou mudanças, gerando sempre os mesmos problemas. Ao contrário, quando existe possibilidade de deslocar os constrangimentos e limites do real pela mobilização da inteligência, tem-se a vivência de prazer. De qualquer forma,

prazer e sofrimento nunca estão postos definitivamente e nem de forma dicotômica, tendo o prazer e a saúde que serem sempre conquistados (Dejours, 2011c).

Uma das formas de se conquistar prazer no trabalho é por meio da mobilização subjetiva, entendida como um processo intersubjetivo que se caracteriza pelo engajamento da subjetividade do trabalhador e pelo espaço público de discussões sobre o trabalho, passando pela dinâmica contribuição-retribuição simbólica (que pressupõe o reconhecimento do fazer do trabalhador) e pela cooperação. Esse processo possibilita a transformação do sofrimento por meio de uma operação simbólica de resgate do sentido do trabalho (Mendes & Duarte, 2013a).

O conceito de mobilização subjetiva foi desenvolvido com inspiração no conceito de sublimação da Psicanálise Freudiana. Freud (1905/1996, p. 226) atesta que são totalmente desconhecidas para a Psicanálise as condições internas do processo de sublimação. Em um momento mais avançado de sua teoria, Freud (1930/1996) continua a afirmar que muito pouco se sabia sobre o processo sublimatório, sendo necessário caracterizá-lo em termos metapsicológicos. O conceito de sublimação na obra freudiana não foi trabalhado em um artigo específico, tendo sido desenvolvido em momentos distintos e dispersos ao longo de sua obra. Trata-se de

um conceito que careceu de uma sistematização (Lucero & Vorcaro, 2013; Torezan & Brito, 2012).

Dejours, ao fazer uma leitura do conceito de sublimação em Freud, elaborou uma explicação desse processo através do trabalho. Desse modo, esse artigo objetiva investigar de que maneira o desenvolvimento do conceito de mobilização subjetiva no trabalho na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho está atrelado ao conceito freudiano de sublimação. Este itinerário reflexivo pode contribuir para fundamentar as intervenções em clínica do trabalho.

Para realizar o objetivo proposto no presente ensaio, realizou-se uma busca terminológica sobre “sublimação” em todos os volumes da “Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud”. Após uma análise dos textos freudianos que esta busca indicou, foram selecionados aqueles em que o conceito de sublimação era de alguma forma desenvolvido e não apenas mencionado. A partir dessa etapa da pesquisa, as obras selecionadas foram: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905 / 1996); Cinco lições de Psicanálise (1909 / 1996); Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci (1910 / 1996); Totem e Tabu (1912 / 1996); Sobre o narcisismo: uma introdução (1914 / 1996); Os instintos e suas vicissitudes (1915/1996); Além do

princípio do prazer (1920/1996); O ego e o Id (1923 / 1996); O Mal-estar na civilização (1930 /1996). A elaboração sobre o conceito de sublimação foi apresentada cronologicamente a partir dessas obras. Além disso, foram utilizados, como referência, artigos científicos que também se propuseram a apresentar a evolução desse conceito - embora esses estudos não tenham tido o objetivo de correlacioná-lo à teoria da Psicodinâmica do Trabalho -, como Birman (2008) e Torezan e Brito (2012). Para fazer a relação entre o conceito de sublimação e de mobilização subjetiva, partiu-se do artigo de Dejours (2013) denominado “A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho”, em que o autor busca discutir como a Clínica Psicodinâmica do Trabalho permite repensar o conceito psicanalítico de sublimação. Ainda sobre a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, foram estudadas investigações de autores que procuram compreender a relação do trabalho com o conceito de sublimação.

Para elucidação desse itinerário teórico, na primeira parte desse artigo, será feita uma breve revisão do conceito de sublimação para Freud e em seguida, será apresentada a conceituação dejouriana sobre sublimação no trabalho. Na terceira seção, abordaremos o conceito de mobilização subjetiva da Psicodinâmica do Trabalho, articulando seus elementos às

questões desenvolvidas sobre sublimação. Finalmente, se esboçará uma tentativa de articulação entre os conceitos de sublimação e de mobilização na última parte do presente ensaio.

### **Sublimação na obra freudiana**

A primeira alusão ao termo sublimação aconteceu em uma das cartas a Fliess, a Carta 61 de 1897, em que Freud a concebeu como uma defesa em relação à sexualidade, no sentido de promover esquecimento de lembranças dolorosas (Torezan & Brito, 2012). A primeira definição específica do termo (em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, 1905) ainda permanecia nessa direção de conceituá-la como uma defesa contra o sexual, já que a sublimação seria o desvio das metas sexuais para novas metas, sendo essencial para as realizações culturais e para a normalidade individual. Nesse sentido, Torezan e Brito (2012) assinalam a presença marcante de um aspecto moral no conceito freudiano de sublimação, sendo ela uma contraposição ao sexual e uma possibilidade de normatização. E assim, está mais ligada à defesa, ao recalque e à norma social do que à busca de satisfação.

Ainda nessa obra, Freud (1905/1996), ao pensar as vicissitudes pelas quais as correntes das sexualidades passam após o período de latência, prevê três

desfechos diferentes. O primeiro, quando as disposições sexuais se mantêm em proporções anormais e desembocam em uma vida sexual perversa. A segunda seria quando alguns componentes da constituição sexual passam pelo processo de recalque. E o terceiro desfecho seria possibilitado pela sublimação, “no qual excitações hiperintensas provenientes das diversas fontes da sexualidade encontram escoamento e emprego em outros campos, de modo que de uma disposição em si perigosa resulta um aumento nada insignificante da eficiência psíquica” Freud (1905/1996, p. 225). Nesse momento de sua obra, Freud tentou demarcar a sublimação e a formação reativa como processos distintos, mas ressaltando que ambos dependem do recalque da sexualidade (Torezan & Brito, 2012).

Em 1908, no texto “A moral sexual cultural e doença nervosa moderna”, Freud ainda manteve o conceito de sublimação atrelado à capacidade de substituição da meta sexual, de renúncia sexual através do domínio da pulsão pela dessexualização. Ressalta-se aqui a possibilidade que a sublimação traz em relação ao destino pulsional: diferentemente do recalque, esse direcionamento se daria para fins culturais, contrapondo-se ao adoecimento neurótico (Torezan & Brito, 2012). Birman (2008, p. 21) aponta que, nesse momento da obra freudiana, havia um impasse ao atrelar a

operação de sublimação ao recalque, tornando o recalque como condição do processo sublimatório, ou seja, a ação do recalque da pulsão sexual “retiraria força da sexualidade dos indivíduos em decorrência das exigências sublimatórias da civilidade”. O autor aponta que o pensamento freudiano vai, aos poucos, desvencilhar a operação de sublimação do processo de recalque.

Freud finaliza o texto “Cinco Lições de Psicanálise” (1909/1996) marcando a sublimação como um processo em que a energia dos desejos infantis, ao invés de se anularem, permanece utilizável podendo substituir seus alvos para outros de maior valor social. Nessa direção, no texto “Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci”, Freud (1910 / 1996) sugeriu que o período de pesquisa sexual infantil, após passar por um período de repressão, pode ter três destinos. O primeiro, caracterizado por uma inibição neurótica, em que a curiosidade permanece inibida e a liberdade da atividade sexual limitada ao longo da vida. O segundo caracteriza o pensamento neurótico compulsivo, em que a intelectualização e explicação das coisas substituem a satisfação sexual. E no terceiro destino, ainda que a repressão sexual esteja presente, ao invés do retorno ao inconsciente de componentes instintivos sexuais, tem-se a sublimação, através do qual a pulsão pode agir livremente a serviço do interesse intelectual. Dessa forma, Freud

assinala que a maioria das pessoas conseguiu orientar boa parte das forças resultantes da pulsão sexual para uma atividade profissional, e acrescenta que, pelo processo de sublimação, a libido escapa à inibição do pensamento e ao pensamento neurótico compulsivo.

Percebe-se como o processo sublimatório é desenvolvido por Freud ligado à ideia de enobrecimento, no sentido de ser um mecanismo psíquico que promove a construção da cultura e da civilização. O autor finaliza o texto “Totem e Tabu” (Freud, 1912/1996), com um breve alerta para as consequências nefastas para a saúde mental de processos repressores da sexualidade infantil. Por outro lado, destaca as preciosas contribuições para a formação do caráter o processo do desvio das pulsões sexuais através do processo de sublimação.

No texto freudiano “Sobre o narcisismo: uma introdução” (1914/1996), Torezan e Brito (2012) apontam a evolução do conceito de sublimação no sentido de diferenciá-lo da idealização, sendo a sublimação um processo em que a pulsão se afasta da satisfação sexual enquanto a idealização se refere ao objeto:

A idealização é um processo que diz respeito à libido objetal e consiste no fato de o instinto se dirigir no sentido de uma finalidade diferente e afastada da finalidade sexual; nesse processo, a tônica recai na deflexão da sexualidade. A idealização é

um processo que diz respeito ao objeto; por ela, esse objeto, sem qualquer alteração em sua natureza, é engrandecido e exaltado na mente do indivíduo (Freud, 1914/1996, p. 101).

Birman (2008, p. 23) esclarece que a sublimação estaria ligada ao registro da pulsão e a idealização se inscreveria no registro do eu e de suas relações com seus objetos de investimento. Torezan e Brito (2012) ainda acrescentam um desdobramento importante da concepção de sublimação nesse momento da obra freudiana, que foi o de colocar como condição necessária para esse processo a retirada do investimento libidinal do objeto sexual pelo eu, o retorno desse investimento sobre si mesmo e sua posterior reorientação para novas metas e objetos sexuais. Em primeiro lugar, tem-se a troca do objeto que caracteriza o desvio em relação à satisfação, sendo o novo objeto socialmente valorizado. Isso aponta para a plasticidade das pulsões sexuais que podem mudar de objeto. Ainda assim, é preciso marcar que a libido permanece existente no processo sublimatório, pois o caráter sexual está na sua origem; o que acontece é uma dessexualização em relação ao objeto (Torezan & Brito, 2012). Ainda sobre esse texto freudiano, os autores apontam um outro elemento importante: a participação do ideal do eu como desencadeador ou

favorecedor do processo sublimatório. Isso porque é necessária a intervenção do eu narcísico para que a sublimação possa se efetivar, ou seja, é a possibilidade de satisfação narcísica que favorece o processo de criação e, assim, abre espaço para a satisfação sublimada e acrescentam. Desse modo, “havendo tal satisfação, o sexual não se ausenta da sublimação e a libido é redirecionada através do ideal de eu para novos objetivos socialmente valorizados” (Torezan & Brito, 2012, p. 250).

Em “Os instintos e suas vicissitudes” (1915/1996, p. 132), Freud esclarece que uma pulsão pode passar pelas seguintes vicissitudes: “reversão a seu oposto; retorno em direção ao próprio eu (self) do indivíduo; repressão; sublimação”. Nesse texto, ele se dedica a explicar as duas primeiras vicissitudes e logo a seguir, dedica um capítulo só à repressão, deixando em aberto a promessa de trabalhar a sublimação em um outro momento. Isso contrasta com a importância desse processo psíquico para a teoria psicanalítica.

A perspectiva da necessária intervenção do eu narcísico para a efetivação da sublimação é confirmada e ampliada em “O ego e o id” (1923/1996) quando Freud aponta que, por essa intermediação do eu, a libido do objeto é retirada e transforma-se em libido narcísica, podendo o eu posteriormente redirecioná-la

para outros objetos socialmente valorizados (Torezan & Brito, 2012).

É preciso marcar que neste momento, a teoria freudiana já havia revisto e ampliado alguns de seus conceitos originais, marcando então o que ficou conhecido como segunda teoria pulsional, quando a descoberta da pulsão de morte foi um dos aspectos marcantes desse período. Torezan e Brito (2012) destacam que, nessa obra, Freud avança no sentido de marcar a ligação da sublimação à pulsão sexual, ou seja, a Eros, em função de suas tendências agregadoras. Nessa segunda teoria das pulsões desenvolvida por Freud em “Além do Princípio do Prazer” (1920/1996), é proposta a existência de uma dualidade da vida psíquica entre as forças que impelem à ação, chamadas agora de pulsão de vida (que compreendem as pulsões do ego e as pulsões sexuais que já haviam sido descritas na obra freudiana) e às que levam à inanição, chamadas de pulsão de morte. Esta última estaria voltada à descatexização, à diminuição da excitação, em uma tendência que levaria à eliminação da estimulação do organismo, já que o trabalho dessa pulsão teria como objetivo a descarga, a falta do novo, a falta de vida, ou seja, a morte (Azevedo e Mello Neto, 2015). Em oposição à pulsão de morte, estaria a pulsão de vida, também chamada de Eros, pela sua característica de construção, de

busca de síntese e de união (Freud, 1920/1996).

Em “O mal-estar na civilização”, Freud (1930 / 1996) apresenta algumas notas sobre a sublimação. Primeiramente, como uma técnica para afastar o sofrimento no emprego de deslocamentos da libido, reorientando os objetivos pulsionais de maneira a eludir a frustração do mundo externo. Assim, a sublimação das pulsões possibilitaria intensificar a produção de prazer a partir das fontes do trabalho psíquico e intelectual, destacando algumas formas privilegiadas de trabalho, como o do artista e o do cientista, em que esse tipo de satisfação, que ele caracteriza como mais refinada e mais alta, é possível. É justamente o fato de ser acessível a poucas pessoas que Freud demarca como ponto fraco desse método. E mesmo aos poucos que podem desfrutar desse tipo de prazer, ele não proporciona uma proteção completa contra o sofrimento. Logo a seguir, em uma nota de rodapé, Freud (1930 / 1996) coloca sua posição sobre o trabalho de uma forma geral (referindo-se ao trabalho comum, acessível a todos), denotando sua importância para o homem e para a sociedade já que essa atividade humana permite, por meio da sublimação, satisfação por vias alternativas à satisfação sexual direta. Ao mesmo tempo, aponta o trabalho como uma atividade não muito prezada pelos homens.



Freud (1930 / 1996) afirma que a atividade profissional, quando é livremente escolhida, constitui-se em uma fonte especial de satisfação especial, já que, por meio da sublimação, o trabalho torna possível o uso das inclinações do sujeito e dos impulsos instintivos persistentes. Ainda assim, “como caminho para a felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens” (Freud, 1930/1996, p. 88). Torezan e Brito (2012) ainda apontam uma outra questão importante destacada por Freud nessa obra no que se refere à sublimação: o fato de ser favorecedora do laço social já que ela é responsável pelas produções culturais.

A partir desse percurso teórico na teoria freudiana sobre o conceito de sublimação, será possível compreender como Dejours desenvolve essa conceituação a partir da relação do sujeito com o trabalho, questão pouco trabalhada por Freud.

### **Sublimação e trabalho na perspectiva dejouriana**

Retomando o conceito freudiano de sublimação, Dejours (2013) analisa o que convoca a subjetividade na relação do sujeito com o trabalho e aborda três níveis de sublimação nos processos de trabalho. O primeiro seria através da mobilização da inteligência prática, em que o trabalho convoca a relação do sujeito consigo

próprio e possibilita a expansão das capacidades do corpo. O segundo acontece pelo reconhecimento no trabalho e implica a relação do sujeito com o outro. E o terceiro diz respeito à contribuição do trabalho à cultura, implicando a relação do sujeito com a cultura e a civilização. Estas três dimensões serão detalhadas a seguir.

Para compreender o primeiro nível de sublimação no trabalho, partiremos do conceito de trabalho. Para a Psicodinâmica do Trabalho, trabalho é definido como “a atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho” (Dejours, 2011a, p. 78). Dejours (2012c) ressalta que trabalhar é preencher o vazio, sempre existente, entre o trabalho prescrito e o trabalho real, percorrendo um caminho que precisa ser criado e inventado pelo sujeito trabalhador, que exige, portanto, acrescentar algo de si na realização da tarefa. É uma atividade humana, pois o trabalho é mobilizado justamente onde a ordem técnica/tecnológica é insuficiente (Dejours, 2011a).

Sendo assim, os trabalhadores precisam contornar os regulamentos, infringir os procedimentos e transgredir as ordens para darem conta do trabalho real. Não transgridem as prescrições por gosto pela resistência ou por simples desobediência, mas sim para fazerem bem o seu trabalho e alcançarem os resultados

pretendidos. Isso porque sempre há imprevistos, bloqueios, disfuncionamentos e incidentes em todo tipo de trabalho e assim, o que está prescrito (a tarefa) não dá conta disso que é chamado de trabalho real. Se os trabalhadores se limitassem à estreita execução das ordens, o trabalho entraria em colapso; é a greve do zelo, também conhecida como operação padrão (Dejours, 2013).

O zelo, então, para Dejours (2013) seria a inteligência que permite inventar soluções para dar conta do hiato entre a tarefa (prescrito) e a atividade (real) e a mobilização dessa inteligência em situações de trabalho difíceis. Esse zelo é o trabalho vivo, que se apresenta como enigma, pois nunca se sabe o que será preciso mobilizar para que o trabalho aconteça. É por isso que essa experiência com o real do trabalho se apresenta ao sujeito como uma experiência de fracasso, gerando sentimentos de surpresa, desgaste, irritação, raiva, angústia; trata-se de uma experiência afetiva (Dejours, 2013).

Desenvolver aptidões que possibilitem ao trabalhador dar conta desse trabalho requer um envolvimento total de sua subjetividade no sentido de aceitar a experiência do real e do fracasso, suportar o sofrimento tanto tempo quanto seja necessário para encontrar a solução que permita superar o real (Dejours, 2013; 2012a). A ideia aqui se refere à relação

subjetiva do sujeito com o trabalho, ou seja, nesse ponto, não inclui a questão da exploração do trabalho. Mas sabe-se que a organização do trabalho pode se apropriar disso no sentido de explorar o sofrimento do trabalhador, expropriando dele sua capacidade inventiva e criativa, suas possibilidade de engrandecimento subjetivo por meio do trabalho e sua potência como construtor de laços sociais, descaracterizando o que há de mais essencial no trabalhar. Esse tipo de organização do trabalho que impõe normas, controles, prescrições de modo a enrijecer a execução da atividade não possibilita que o sofrimento no trabalho possa ter um destino criativo, levando a sofrimento patogênico.

Encontrar uma solução adequada não é possível sem uma familiarização subjetiva e afetiva do corpo com o real do trabalho, e cada nova configuração do real encontrada no trabalho exige o desenvolvimento de novas aptidões das quais o trabalhador não dispunha até então. Em função desse envolvimento da subjetividade que se tem no zelo no trabalho, não se pode pensar em neutralidade do trabalho em relação à saúde mental do trabalhador. O trabalho pode gerar o pior, levando o trabalhador à doença mental, ou pode gerar o melhor, sendo mediador essencial na construção da saúde mental (Dejours, 2013). O sofrimento e a busca subjetiva para agir sobre o mundo

encontrando meios de superação da resistência do real é um ponto de partida para o movimento de conquista do mundo e da ampliação da subjetividade. Nesse sentido, “trabalhar não é apenas produzir, mas ainda transformar-se a si próprio e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade de provar-se a si mesma, de realizar-se” (Dejours, 2012c, p. 34). O trabalho é para o corpo uma experiência extraordinária por lhe possibilitar experimentar a vida, transformar-se e crescer, sendo assim, pode-se dizer que este corpo erógeno goza desse aumento de suas capacidades (Dejours, 2013). Sobre esses novos registros de sensibilidade que não pertenciam ao sujeito antes dessa sua experiência do real e de sua perseverança e sofrimento frente à resistência do real, Dejours (2012b, p. 84) ressalta: “o acréscimo do corpo subjetivo pelo exercício do trabalho é efetivamente a fonte de prazer que, desta forma, não seria acessível não fosse a mediação do trabalho”.

Vale ressaltar que no escopo do presente ensaio, a saúde mental é conceituada como um construto que se encontra entre a patologia e a normalidade, pois ela depende das formas como os sujeitos reagem frente aos sofrimentos impostos pela organização do trabalho. Sendo assim, o sofrimento é visto como um modo de evitar a patologia, ou seja, o trabalhador sofre e, ao mesmo tempo,

procura não sofrer diante dos fracassos do real do trabalho (Merlo & Mendes, 2009). Contestando a definição de saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um estado de bem-estar físico, psíquico e social, Dejours (2007b) afirma que a saúde não é um estado; nessa perspectiva, a saúde não existe, pois todos são, via de regra, portadores de doenças crônicas. A saúde seria, então, um ideal desejável, um ponto de referência ou um ponto de partida que orientaria ações individuais no sentido de tentar conquistá-la. Mas o que se conquista é uma normalidade no sentido de um compromisso que passa por um julgamento de aceitabilidade.

Com essa conceituação de trabalho e sua relação com a saúde mental, é possível concluir o primeiro nível de sublimação conforme concebido por Dejours (2013), que tem relação com a maneira pela qual o trabalho convoca a subjetividade do trabalhador. E é justamente nesse ponto que o trabalho representa um risco para a economia psíquica: o risco de fracassar e isso comprometer a relação do sujeito consigo próprio (o amor por si próprio), já que pode suscitar o sentimento de incompetência (Dejours, 2012a). De modo resumido, trabalhar envolve a experiência de fracasso com o real. De um lado, essa experiência pode trazer oportunidade de ganho subjetivo para o sujeito trabalhador,

na medida em que uma organização do trabalho flexível permitir que ela possa mobilizar-se e ressignificar o sofrimento e ser retribuído simbolicamente por isso. Por outro lado, a rigidez na organização do trabalho pode levar ao sofrimento patológico.

Mas essa dimensão da sublimação relacionada ao trabalho cotidiano não foi amplamente desenvolvida por Freud, que deu ênfase ao trabalho dos artistas e dos cientistas. Para Dejours (2013) Freud não deu valor ao trabalho comum, não concebendo que a sublimação é indissociável ao trabalho, já que todo trabalho de qualidade exige um trabalho sobre si mesmo.

Para compreender o segundo nível de sublimação no trabalho, partiremos da ideia de que o trabalho implica também a relação com o outro, pois, na maioria das vezes trabalha-se para alguém e com alguém. Essa implicação do trabalho com um coletivo tem como eixo central a questão da cooperação (Dejours, 2013). Mas assim como na atividade, a cooperação também inclui uma discrepância entre o prescrito e o real, ou seja, entre a organização do trabalho concebida (nesse caso, chamada de coordenação) e a organização do trabalho como acontece efetivamente (cooperação). A coordenação prescreve a divisão de tarefas, a hierarquia, as responsabilidades e limitações de cada

função. Já a cooperação é o lugar do exercício do poder e implica um reajustamento consensual do trabalho prescrito a partir da criação e deliberação de regras práticas. Assim, o trabalho convoca não só a mobilização da inteligência do corpo, mas também da inteligência que se apresenta como sabedoria, no sentido moral e político.

Sendo o trabalho uma relação social, “trabalhar é engajar sua subjetividade em um mundo hierarquizado, ordenado e repleto de constrangimentos, ainda perpassado pela luta de dominação” (Dejours, 2012c, p. 36). Já que trabalhar implica experimentar a resistência do mundo social, existem caminhos diferentes nos saber-fazer encontrados pelas inteligências singulares, que devem ser coordenados para corrigir os riscos de conflitos e de contradição entre essas diferentes inteligências. A partir da discussão sobre os diferentes modos operatórios, o coletivo deve decidir, em conjunto, o que pode ser admitido e o que deve ser evitado ou proibido e, a partir daí chega-se a um acordo normativo (Dejours, 2013). Portanto, percebe-se que as regras de trabalho não têm apenas valor técnico, mas também valor social.

Trabalhar não é somente produzir, mas também viver junto e, a essa atividade de construção coletiva de regras, Dejours (2013) nomeou de atividade deôntica. Essa

atividade também implica em riscos para o sujeito: risco de se mostrar, de se expor. Os trabalhadores que se engajam na atividade deôntica, correndo seus riscos, o fazem porque, em troca de sua contribuição, esperam uma retribuição, que é antes de tudo, simbólica, e que acontece através do reconhecimento do outro. Esse reconhecimento não diz respeito à pessoa, mas ao seu trabalho, ou seja, é focado no fazer. Apenas num segundo momento o sujeito pode, eventualmente, levar esse julgamento do registro do fazer para o registro do ser, no sentido de sua realização (Dejours, 2012c).

Ressalta-se a importância do trabalho na questão da identidade e da realização de si mesmo e, conseqüentemente, na construção da saúde mental, pois a identidade não pode ser construída, exclusivamente, no espaço privado. A esfera do amor, sozinha, não é suficiente (Dejours, 2011c). O ser humano tem duas vias principais de construção de sua identidade: através do campo erótico e do amor e através do campo social; neste último, o trabalho participa de maneira fundamental. Para isso, é necessário o reconhecimento pelo outro de uma descoberta exitosa da experiência do sujeito com o real do trabalho. A partir da concepção da identidade como a armadura da saúde mental e sendo ela sempre incerta e inacabada, a confirmação do olhar do

outro será uma necessidade constante dos sujeitos (Gernet & Dejours, 2011). A possibilidade de prazer pelo trabalho se dá a partir do ganho obtido no registro da construção da identidade e da realização de si mesmo, ou seja, não é a atividade em si que produz identidade, mas o reconhecimento conferido pelo olhar do outro (Dejours, 2011b).

Desse modo, Dejours (2013) aponta que a psicodinâmica do reconhecimento no trabalho constitui o segundo nível de sublimação, sendo que seu sucesso depende, em boa parte, do julgamento do outro e da lealdade de todos os envolvidos nesse reconhecimento. Dejours (2012a) remete a essa dimensão da sublimação ao que Freud designa como a modificação da meta e do objeto da pulsão para metas que tenham valor social. A psicodinâmica do reconhecimento oferece um conteúdo valioso à dimensão da valorização social da sublimação e é por isso que Dejours (2012b) defende que a deontologia do fazer torna possível a combinação da questão pulsional com o interesse coletivo inerentes à sublimação. O reconhecimento, portanto, revela o caráter da valorização social presente na sublimação. Nesse ponto, o autor tece uma crítica à teoria freudiana por desconsiderar que a sublimação, para chegar ao seu objetivo, necessitaria passar pela deontologia do fazer, o que implica a

participação do sujeito na elaboração e no ajuste de regras que organize a cooperação.

O terceiro nível da sublimação no trabalho na concepção dejouriana tem relação com a base ética da sublimação. Refere-se ao trabalho devidamente julgado e deliberado com vistas a honrar a vida, inserindo-se, portanto, na perspectiva da cultura. Compreende-se cultura como aquilo que nas obras humanas se acumula ao longo dos anos para honrar a vida, sendo as obras humanas consideradas não somente como resultado de um trabalho de produção, mas também de um trabalho do homem sobre si mesmo, ou seja, é a marca da subjetividade em uma produção ou em uma obra (Dejours, 2013). Desse modo, a produção de obras culturais passa pelas relações de cooperação e de transmissão e implica a participação de muitas pessoas. Aqui, Dejours relaciona a sublimação ao sentido mais clássico do conceito na perspectiva freudiana, ou seja, a sublimação ligada a objetivos de honrar a vida e às exigências da cultura. Inclui a ideia de que, pela atividade de produção, o trabalhador compromete o destino do outro, contemplando, então, a ação moralmente justa (Dejours, 2012b).

Em relação aos dois últimos níveis da sublimação no trabalho que envolvem a psicodinâmica do reconhecimento e as questões culturais, os riscos para a desestabilização psíquica advêm do fato de

o trabalhador poder se tornar dependente dos julgamentos dos outros, caindo em uma armadilha em função de uma identidade frágil. Desse modo, pode colocar o seu zelo a serviço de objetivos que seu senso moral desaprova com vistas a obter aprovação de seus superiores hierárquicos. Assim, o trabalhador vivencia uma experiência de traição de si mesmo que lhe gera sofrimento ético, compromete ainda mais sua autoestima e o leva a buscar mais reconhecimento, fechando assim a armadilha e abrindo possibilidade de desencadeamento de adoecimentos ligadas ao trabalho (Dejours, 2012a).

Dejours (2013) afirma que quando o trabalho se abre à sublimação e permite levar a termo uma atividade socialmente valorizada, pode gerar o melhor em termos de saúde mental e de engrandecimento subjetivo. Dejours (2012c, p. 158) ainda aponta que a emancipação do sujeito estaria ligada ao seu poder de “encontrar em seu trabalho a via que leva ao gozo de si, em outros termos, da ampliação de sua subjetividade e da revelação da vida em si”.

A partir dessa elaboração teórica sobre a sublimação no trabalho, temos os elementos constitutivos da mobilização subjetiva, que serão descritos na seção seguinte. Como dito, o desenvolvimento do conceito de mobilização subjetiva na perspectiva dejouriana, que coincide com o

conceito de trabalhar, foi inspirado nos escritos freudianos sobre sublimação.

### **Mobilização subjetiva na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho**

Dejours (2012c), diante do questionamento sobre as condições em que as pessoas se engajam na dinâmica e na evolução da organização do trabalho, procura esclarecer os elementos envolvidos nessa mobilização que ele denominou de mobilização subjetiva. Trata-se de processo através do qual o sujeito busca dar sentido ao que ele faz no trabalho, deixando sua marca (Mendes & Duarte, 2013a), é o que define o trabalhar.

Em primeiro lugar, ela supõe os esforços da inteligência para fazer frente às resistências impostas pelo real do trabalho, conforme já tratado no primeiro nível de sublimação formulado pelo autor. Além disso, supõe esforços de elaboração e de geração de opiniões sobre a maneira mais adequada de resolver as contradições e superar as dificuldades do trabalho. Conforme tratado no segundo nível de sublimação no trabalho, essas opiniões precisam ser integradas, passando pela deliberação coletiva e pela cooperação, no sentido de uma mobilização que deve considerar como uma contribuição específica e insubstituível dos trabalhadores na concepção, ajuste e gestão da

organização do trabalho. Dessa maneira, essa mobilização – que deve ser espontânea – revela-se frágil porque depende da dinâmica entre contribuição-retribuição, ou seja, da dinâmica do reconhecimento (Dejours, 2012c).

Portanto, a mobilização subjetiva é composta por quatro dimensões que são indissociáveis: inteligência prática, espaço de discussão, cooperação e reconhecimento (Mendes & Duarte, 2013b). Mobilização subjetiva é entendida como um processo intersubjetivo da mobilização da subjetividade do trabalhador que permite a transformação do sofrimento a partir de uma operação simbólica de resgate do sentido do trabalho. Desse modo, envolve a inteligência prática que é compartilhada e reconhecida pelo espaço público de discussões sobre o trabalho e passa pela dinâmica contribuição-retribuição simbólica (reconhecimento do saber fazer do trabalhador pelos pares e pela chefia), ou seja, depende do coletivo de trabalho (Mendes & Duarte, 2013a).

Sobre a mobilização da inteligência prática, sabe-se que ela ajuda o trabalhador a resistir ao trabalho prescrito e relaciona-se ao primeiro nível da sublimação no trabalho. Essa inteligência normalmente ultrapassa a consciência e o conhecimento que o sujeito tem de si mesmo e do mundo; é uma experiência enraizada no corpo. É uma inteligência intuitiva, astuciosa,

inventiva, e, desse modo, muitas vezes é inominável e difícil de ser ensinada/reproduzida. Por isso, ela precisa do espaço de discussão coletivo para se minimamente acessada, compartilhada e reconhecida. (Mendes, 2007). Esse espaço é construído pelos trabalhadores e pode ser caracterizado por ser um espaço no qual as opiniões, eventualmente contraditórias, podem ser livremente formuladas e declaradas, e no qual há abertura para expressão coletiva do sofrimento. Nele são compartilhadas e acolhidas opiniões baseadas em diferentes crenças, desejos, valores, posições ideológicas, escolhas éticas, experiência técnica e estratégias de mediação e de resistência. (Mendes, 2007). Para isso, é preciso que esse espaço seja consolidado por meio de relações de confiança, pois é a partir dela que os trabalhadores podem tornar visíveis suas formas de realizar o trabalho e suas transgressões, possibilitando que os outros possam prever as regularidades em sua conduta. E essas relações de confiança acontecem a partir da cooperação (Vasconcelos, 2013).

A cooperação é fruto da convergência das contribuições dos trabalhadores para construir um produto, serviço ou ideia em comum. Ela articula as habilidades específicas de cada trabalhador e integra as diferenças para possibilitar a minimização de erros e a maximização de

resultados. Como visto, para haver cooperação, é preciso haver discussões, criação de acordos e regras de trabalho, participação nas decisões, confiança e deliberações com o objetivo de gerir a organização do trabalho (Mendes & Duarte, 2013a). Liga-se à vontade das pessoas trabalharem juntas e superarem coletivamente as contradições do trabalho real (Ghizoni, 2013).

O reconhecimento, conforme já descrito, pode ser entendido como retribuição moral e simbólica advinda da contribuição dada pelo sujeito à organização do trabalho por meio do engajamento de sua subjetividade e da inteligência no trabalho (Lima, 2013). Essa retribuição se apresenta como julgamentos, que podem acontecer sob duas formas: por meio do julgamento de utilidade e do julgamento de beleza. O julgamento de utilidade técnica, social ou econômica é proferido pela hierarquia, pelas chefias, subordinados ou algumas vezes, até por clientes. O julgamento de beleza refere-se à qualidade do trabalho, que expressa tanto a conformidade com as regras quanto a sua originalidade, e é proferido por colegas de profissão (os pares), pois é preciso conhecer a fundo o trabalho. A validação do trabalho pelo reconhecimento contribui para a construção do sentido do trabalho, pois permite dar ao sofrimento uma significação social. Assim, o não reconhecimento pode



gerar no sujeito dúvida quanto à relação mantida com o real por intermédio do trabalho, desestabilizando a identidade e desencadeando patologias relacionadas ao trabalho (Gernet & Dejours, 2011).

Os três elementos da mobilização subjetiva dos quais acabamos de tratar - cooperação, espaço de discussão coletivo e reconhecimento - se articulam no segundo nível de sublimação, o do reconhecimento social da ação.

### **Articulando os conceitos**

Como pode ser observado pela leitura do conceito de sublimação na obra freudiana, uma questão central diz respeito à renúncia pulsional, sendo essa renúncia elemento fundador da civilização e dos laços comunitários. Nessa direção, Ferraz (2013) ressalta que para existir a civilização, os homens necessitaram fazer um pacto entre si, a partir do qual trocavam uma parcela da liberdade pulsional (principalmente a renúncia aos aspectos destrutivos e agressivos da pulsão) por um pouco de segurança. E para atender às exigências da vida em civilização que necessita de aprofundamento dos laços sociais, a energia pulsional precisa operar modificações em seus objetivos para fins socialmente nobres, através do deslocamento da libido, por meio da sublimação. Ela pode operar não somente

pela atividade artística, mas por qualquer atividade de trabalho. E se o sujeito abriu mão de obter satisfação direta de uma parcela de sua energia pulsional, esperar encontrar na atividade deslocada uma forma de satisfação. Ou seja, espera que o trabalho possa fornecer-lhe esse tipo de satisfação (Ferraz, 2013).

Mas o que se observa nas relações do homem com o trabalho é o bloqueio de grande parte das possibilidades de sublimação. Muitas formas de trabalho não permitem ao homem a realização do seu potencial em função de sua rigidez e de sua incompatibilidade com as características e vontades dos trabalhadores. Além disso, pela leitura da sublimação, Ferraz (2013) observa distorções na relação do homem com o trabalho que se manifestam em dois extremos psicopatológicos. De um lado, observa-se pessoas que têm dificuldade ou incapacidade de sublimar, encontrando satisfação libidinal apenas de maneira direta. Apresentam dificuldade de adaptação, baixa tolerância à frustração, tendências antissociais e inibição da capacidade de construir. No outro extremo, observam-se casos de sujeitos com dificuldade ou incapacidade de escoar livremente seus afetos e assim, se apegam ao trabalho como um processo defensivo neurótico, caso dos viciados em trabalho ou da normopatía. Vale à pena mencionar que a normopatía se caracteriza por um excesso

de normalidade no sentido de conformismo com as normas de comportamento social e profissional (Dejours, 2007a), podendo ser considerada uma normalidade anormal, por ser falsa e estereotipada, já que o mundo interno se encontra desinvestido. Sendo assim, observa-se a indiferença, a colaboração do mal por omissão, a suspensão da capacidade de pensar e de julgar e da vontade de agir coletivamente contra a injustiça (Saraiva, Mendes, Siqueira & Rodrigues, 2010).

Essas colocações vão ao encontro de um apontamento feito por Macêdo (2015) sobre os riscos que a sublimação pode trazer no sentido de desequilíbrio psíquico quando esta atua no sentido de impor modelos ideais e cada vez mais exigentes. Torezan e Brito (2012) também fazem uma colocação nesse sentido quando apontam que a formação de um ideal aumenta as exigências do eu favorecendo o recalque ou permitindo que se atenda a tais exigências via processo de sublimação.

Há que se considerar o caráter intersubjetivo da sublimação, a partir do qual o outro não é só um parceiro erótico, mas um sujeito socialmente importante. Inclui-se aí as condições de validação social sem as quais a sublimação não se consolida e não pode trazer gratificações. É nesse sentido que a perspectiva dejouriana trata do julgamento que precisa ser reconquistado a cada novo procedimento

nos processos de trabalho (Ferreira, Macêdo & Martins, 2015). Os autores ainda ressaltam o caráter transgressor da sublimação, já que essa experiência, na medida em que demanda constante criação, permite que o sujeito escape dos processos alienantes que levam à redução e ao empobrecimento subjetivo. Por isso, defendem a importância de uma ética da não submissão ao prescrito - que limita as ações e dificulta a mobilização subjetiva - e de uma ética da promoção de espaços de cooperação e de solidariedade visando a constituição de coletivos de trabalho. A partir dessa leitura, é possível contrapor essa natureza emancipatória ou transgressora da sublimação a críticas que muitas vezes são tecidas sobre esse processo no sentido de se tratar de um encaminhamento normativo e adaptativo da pulsão sexual.

Diante dessas colocações, podemos compreender a mobilização subjetiva no trabalho como forma de se obter satisfação sublimatória. A partir do reconhecimento, da cooperação, do espaço de discussão coletivo e da mobilização da inteligência prática no trabalho, a satisfação de pulsões sexuais pode encontrar vias indiretas de efetivação, ou seja, nessa perspectiva é possível falar de sublimação.

A proposta da Clínica Psicodinâmica do Trabalho visa, a partir da escuta do sofrimento, que o coletivo de

trabalhadores chegue à mobilização subjetiva. Diferente de perspectivas que visam adaptar o sujeito a uma realidade imposta, a Clínica Psicodinâmica do Trabalho possibilita a transformação de processos de trabalho nocivos à saúde psíquica. Para isso, nessa abordagem, o clínico do trabalho atua na escuta coletiva/individual no lugar onde a linguagem falhou, ou seja, ele se torna meio para nomear o sofrimento do qual não se falava. Auxilia o trabalhador a tornar visível o invisível, a descobrir o oculto e o desconhecido sobre suas relações com o contexto de trabalho (Mendes, Araújo & Merlo, 2011). Nomear o encoberto pode mover o coletivo de sujeitos a construir novas estratégias para ressignificar o sofrimento, atribuindo um novo sentido ao trabalho e, como consequência, abrindo espaço para as ações sobre a organização do trabalho. Num contexto de crescente prevalência de patologias que acometem os trabalhadores, onde muitas vezes a organização do trabalho dificulta ou bloqueia as possibilidades de sublimação e impossibilita que o trabalho possa assumir um sentido de prazer, torna-se imperativo que ações sejam viabilizadas no sentido de construção de caminhos para a vivência de prazer no trabalho (Mendes & Araújo, 2007). Essa é a proposta da Clínica Psicodinâmica do Trabalho.

Sendo a Psicodinâmica do Trabalho uma teoria crítica do trabalho e uma clínica, os estudos realizados na perspectiva teórico-metodológica dessa abordagem preconizam o processo de mobilização subjetiva dos trabalhadores que, por meio da intervenção, têm a chance de reorganizar o sistema de mediações diante do sofrimento. Portanto, o método revela-se um instrumento de intervenção, prevenção e transformação dos processos de trabalhos nocivos à saúde (Merlo & Mendes, 2009). Essa clínica, por meio do espaço de escuta do sofrimento no trabalho busca intervir no discurso, dando condições de ressignificar vivências e dar novos sentidos; vislumbra-se a promoção da emancipação dos sujeitos em seu contexto de trabalho e uma possível apropriação da organização do trabalho (Mendes, 2014). Para que se tenha acesso a esse sofrimento, a autora afirma que é preciso compreender a posição subjetiva do sujeito, quais sintomas e defesas foram construídos frente ao real do trabalho e qual a função do sintoma na vida do sujeito (Mendes, 2015). Daí a importância de o clínico do trabalho compreender o processo de sublimação no trabalho via mobilização subjetiva, já que se tem como principal objetivo o resgate do prazer no trabalho por parte dos trabalhadores.

### **Considerações finais**

A leitura de Dejours sobre o processo de sublimação concebido por Freud e sua utilização na compreensão da relação do sujeito, individual e coletivamente com o trabalho, permite ampliar a conceituação original e lançar luzes sobre a forma como o sujeito mobiliza-se subjetivamente no trabalho. Compreender essa relação entre sublimação e mobilização subjetiva no trabalho fundamenta teoricamente as intervenções propostas pela Clínica Psicodinâmica do Trabalho e instrumentaliza os clínicos do trabalho a atuarem numa perspectiva de emancipação e engrandecimento subjetivo por meio do trabalho. Assim, acredita-se na potência da clínica do trabalho como um dos meios para possibilitar abrir alguns canais na organização do trabalho de modo a favorecer a satisfação sublimatória. Partindo da perspectiva que essa satisfação será sempre provisória e que saúde e prazer no trabalho precisam ser constantemente conquistados, acredita-se que o poder da clínica do trabalho seja no sentido de, por meio da escuta do sofrimento no trabalho, possibilitar a ressignificação das vivências laborais e a emancipação dos sujeitos por uma possível apropriação da organização do trabalho.

## Referências

- Azevedo, M. K., & Mello Neto, G. A. R. (2015). O desenvolvimento do conceito de pulsão de morte na obra de Freud. *Revista Subjetividades*, 15(1): 67-75.
- Bendassoli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. Em P. F. Bendassoli & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do Trabalho* (pp. 3-21). São Paulo: Atlas.
- Birman, J. (2008). Criatividade e sublimação em Psicanálise. *Psicologia Clínica*, 20 (1), 11-26.
- Dejours, C. (2007a). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 7ª ed.
- Dejours, C. (2007b). Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. Em A. M. Mendes, S. C. da C. Lima & E. P. Facas (Orgs.). *Diálogos em psicodinâmica do trabalho* (pp. 13-26). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2005). *O fator humano*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ª ed.
- Dejours, C. (2004) Trabalho, subjetividade e ação. *Revista Produção*, 14 (03), 27-34.
- Dejours, C. (2011a). Addendum: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. Em S. Lancman & L. Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à*

- Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 57-123). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Dejours, C. (2011b). Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. Em S. Lancman & e L. Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 287-339). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Dejours, C. (2011c). Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. Em S. Lancman & L. Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 433-448). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Dejours, C. (2012a). Psicodinâmica do Trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, 17 (3), 363-371.
- Dejours, C. (2012b). *Trabalho Vivo: trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012c) *Trabalho Vivo – Sexualidade e Trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2013). A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 33 (2), 9-28.
- Ferraz, F. (2013). Alienação e sublimação no trabalho. Em A. C. Merlo; A. M. Mendes & R. D. Moraes (Orgs.). *O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia* (pp. 139-148). Curitiba: Juruá.
- Ferreira, J. B., Macêdo, K. B., & Martins, S. R. (2015). Real do trabalho, sublimação e subjetivação. Em J. K. Monteiro, F. de O. Vieira & A. M. Mendes (Orgs.). *Trabalho e prazer: teoria, pesquisas e práticas* (pp. 33-49). Curitiba: Juruá.
- Freud, S. (1905 / 1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira – Volume VII*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1909 / 1996). Cinco lições de Psicanálise. Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira – Volume XI*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1910 / 1996). Uma lembrança infantil de Leonardo da Vinci. Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira – Volume XI*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1912 / 1996). Totem e Tabu. Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira – Volume XIII*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914 / 1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. Em: *Obras*

- psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standart brasileira – Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915/1996). Os instintos e suas vicissitudes. Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standart brasileira – Volume XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920/1996). Além do princípio do prazer. Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standart brasileira – Volume XXVIII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923 / 1996). O ego e o Id. Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standart brasileira – Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930 /1996). O Mal estar na civilização. Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standart brasileira – Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago.
- Gernet, I. & Dejours, C. (2011). Avaliação do trabalho e reconhecimento. Em P. F. Bendassoli, & L. A. P. Soboll (Orgs.) *Clínicas do Trabalho* (pp. 61-70). São Paulo: Atlas.
- Ghizoni, L. D. (2013). Cooperação. Em F. de O. Vieira; A. M. Mendes, & A. R. C. Merlo (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 99-102). Curitiba: Juruá.
- Lima, S. C. C. (2013). Reconhecimento no trabalho. Em F. de O. Vieira; A. M. Mendes; & A. R. C. Merlo (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 259-262). Curitiba: Juruá.
- Lucero, A., & Vorcaro, A. (2013). Do vazio ao objeto: *das Ding* e a sublimação em Jacques Lacan. *Ágora*, 16 (núm. especial), 25-39.
- Macêdo, K. B. (2015) Sublimação e a transformação do sofrimento em prazer: a lente da Psicanálise e da Psicodinâmica do Trabalho. Em: K. B. Macêdo (org.). *O diálogo que transforma: a Clínica Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 70-94) Goiânia: Editora PUC Goiás.
- Mendes, A. M. (2007). Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. Em A. M. Mendes (Org.). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas* (pp. 49-61). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. (2014). Escuta analítica do sofrimento e o saber-fazer do clínico do trabalho. Em A. M. Mendes, R. D. Moraes; & A. R. C. Merlo (Orgs.). *Trabalho & Sofrimento: práticas clínicas e políticas* (pp. 65-80). Curitiba: Juruá.

- Mendes, A. M. (2015). *Meu trabalho me adocece?* [Entrevista ao Jornal En(Cena) do Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP/ULBRA - por Patrício Reis]. Disponível em: [https://www.google.com.br/?gws\\_rd=ssl#q=entrevista+ana+magn%C3%B3lia+meu+trabalho+me+adocece](https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=entrevista+ana+magn%C3%B3lia+meu+trabalho+me+adocece)
- Mendes, A. M. & Araújo, L. K. R. (2007). Ressignificação do sofrimento no trabalho de controle de tráfego aéreo. Em A. M. Mendes; S. C. da C. Lima; & E. P. Facas (Orgs.). *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 27-41). Brasília: Paralelo 15.
- Mendes, A. M.; Araújo, L. K. R. & Merlo, A. R. C. (2011). Prática clínica em Psicodinâmica do Trabalho: experiências brasileiras. Em P. F. Bendassoli; & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do Trabalho* (pp. 169-187). São Paulo: Atlas.
- Mendes, A. M. & Duarte, F. S. (2013a). Mobilização subjetiva. Em F. de O. Vieira; A. M. Mendes; & A. R. C. Merlo (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 259-262). Curitiba: Juruá.
- Mendes, A. M. & Duarte, F. S. (2013b). Notas sobre o percurso teórico da Psicodinâmica do Trabalho. Em
- Freitas, L. G. (coord.) *Prazer e Sofrimento no Trabalho Docente – pesquisas brasileiras* (pp. 13-24). Curitiba: Juruá.
- Merlo, A. R. C.; & Mendes, A. M. B. (2009). Perspectivas do uso da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 141-156.
- Saraiva, L. A. S., Mendes, A. M., Siqueira, M. V. S., & Rodrigues, R. N. (2010, setembro). Lógica perversa de gestão e normopatia: uma análise do trabalho de consultores de mercado. *Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 34.
- Torezan, Z. F., & Brito (2012). Sublimação: da construção ao resgate do conceito. *Ágora*, 15 (2), 245-258.
- Vasconcelos, A. C. L. (2013). Inteligência prática. Em F. de O. Vieira; A. M. Mendes; & A. R. C. Merlo (Orgs.). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 237-242). Curitiba: Juruá.

---

**Graziele Alves Amaral:** Professora Assistente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutoranda em Psicologia Social, do

Trabalho e das Organizações pela  
Universidade de Brasília (UnB).

**E-mail:** graziamaral@yahoo.com.br

**Ana Magnólia Bezerra Mendes:**

Professora da Universidade de Brasília  
(UnB), Instituto de Psicologia,  
Departamento de Psicologia Social e do  
Trabalho e Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia Social, do Trabalho e das  
Organizações (PSTO)

**E-mail:** anamag.mendes@gmail.com

**Daniela Scheinkman Chatelard:**

Professora associada no Programa da Pós-  
Graduação em Psicologia Clínica e Cultura  
(PCL) do Instituto de Psicologia na  
Universidade de Brasília (UnB).

**E-mail:** dchatelard@gmail.com

**Isalena Santos Carvalho:** Docente-  
adjunto IV do Departamento de Psicologia  
da Universidade Federal do Maranhão  
(UFMA), com exercício na Graduação e no  
Mestrado em Psicologia.

**E-mail:** isalenasc@yahoo.com.br

---

**Enviado em:** 04/08/16 – **Aceito em:** 31/10/17

---